ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

ADRIANA DE LIMA ELOY

INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos surdos no espaço pedagógico tem sido alvo de vários questionamentos, principalmente quando se discuti sobre a inclusão destes alunos no Ensino Regular da Educação Básica. Entretanto, embora o processo de inclusão é defendido como essencial e importante, exige não apenas uma modificação na estrutura da escola, como também uma transformação nas atitudes, posturas, valores e respeitos ás diferenças.

Antes mesmo do nascimento, os pais possuem expectativas sobre o novo membro da família, deste modo, o nascimento do filho com surdez é uma situação diferente da qual havia imaginado. Neste sentido o período do diagnóstico pode ser marcado por vários sentimentos negativos e, além disso, o impacto da descoberta pode acarretar em distintas reações diante de uma situação não desejada pelos pais.

A metodologia utilizada para elaboração deste trabalho é de cunho bibliográfico, tendo como foco principal esclarecer ideias e conceitos com dados obtidos por meio de acervos pesquisados, confrontando e discutindo informações entre as várias literaturas publicadas sobre o tema proposto. Foram utilizados materiais de fontes secundários que já se tornaram públicos como: revistas, jornais, artigos acadêmicos, periódicos, teses, internet, entre outros meios de comunicação.

É sabido que os anos iniciais da criança são vistos como uma fase crítica para o desenvolvimento da audição e para prognóstico do desenvolvimento da fala, entretanto, quando as fases de otimização das bases neurológicas já foram concluídas a reabilitação se torna menos eficaz. Diante disso, o diagnóstico precoce da perda auditiva possibilita que haja intervenção fonoaudiologia ainda no período considerado favorável da maturação das vias de audição, proporcionando um desenvolvimento global adequado das crianças.

A intervenção precoce é essencial para o ajustamento da família nos casos de diagnóstico positivo para surdez. Além disso, a inclusão de surdos na escola regular tem proporcionado polemicas e discussões entre familiares, profissionais e estudiosos que visam uma melhor qualidade de vida para o sujeito surdo.

O assunto vem sendo discutido a partir de diferentes conceitos, dentre estas, o direito do indivíduo deficiente e o exercício da cidadania, a exposição ao português ou a língua de sinais e aos métodos de ensino. Entretanto, embora essa diversidade resulte em um referencial heterogêneo e rico, ainda pouco se fala sobre os impasses do diagnostico tardio no processo de ensino e aprendizagem o que evidencia a necessidade de expandir as discussões sobre o assunto.

OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Elucidar sobre os efeitos nocivos do diagnóstico tardio da surdez para o processo de ensino e aprendizagem.

1.1.2 Objetivos específicos

Analisar as consequências do diagnóstico tardio da pessoa surda;

Verificar o papel social da escola e;

Apresentar o processo de inclusão do aluno surdo.

JUSTIFICATIVA

A escolha do tema se justifica por considerar que as dificuldades das pessoas surdas para o processo de aprendizagem e escolarização decorrem não apenas da perda auditiva, como também da interferência do cenário pedagógico. Além disso, se justifica por considerara que se faz necessário a expansão da discussão sobre o assunto considerando os obstáculos e desafios trazidos pela sua implementação.

PROBLEMA

A perda parcial ou total da audição tem sua maior consequência associada diretamente ao processo de comunicação, pois a pessoas com surdez perde muito das questões que acontecem a sua volta. Diante disso o trabalho parte do seguinte questionamento: O diagnóstico tardio da surdez prejudica o processo de escolarização da criança?

A SURDEZ

O papel da audição não é somente importante como bastante complexo, pois o ouvido funciona como uma ponte entre o sistema nervoso e o mundo exterior, "adaptando informações vibratórias e transmitindo sinais temporais" (DESSEM; BRITO, 1997, p. 111). As transformações no papel auditivo modificam consideravelmente o conceito do meio e toda construção psifisiológica do mundo pelas crianças, conforme a linguagem e o pensamento verbal são transformados e se tornam irrelevantes na construção da personalidade e na integração social da criança.

Sem a audição as pessoas perdem a mais vital das estimulações, ou seja, o som da voz que traz a linguagem e o pensamento ativo. De acordo com Dessem e Brito (1997, p. 111), a vida da criança surda é empobrecida de sons comuns á criança ouvinte, tais como a música, o canto dos pássaros ou a buzina de um carro".

A surdez ou também denominada de deficiência auditiva, pode ser adquirida ou congênita, sendo que nesta última ocorre ainda no período da gestação, conforme fatores elucidados no quadro 1.

Quadro 1: Surdez Congênita

TIPOS DE SURDEZ	FATORES QUE PODEM CAUSAR A SURDEZ NA GESTAÇÃO
SURDEZ CONGÊNITA	Medicamentos tomados pela gestante;
	Doenças adquiridas durante a gestação como: sífilis e toxoplasmose, ou motivos hereditários;
	Exposição da mãe a radiação
	Complicações no parto
	Infecção hospitalar;
	Uso de fórceps para retirar a criança;
	Falta de oxigênio;
	Nascimento fora do tempo
	Doenças contraídas pela gestante como: sarampo, rubéola, toxoplasmose, sarampo, sífilis, herpes, diabetes, pressão alta, meningite

Fonte: Adaptação Moraes, 2017.

A surdez causada por estas doenças, é denominada de surdez neurossensorial ou de percepção. Esse tipo de surdez ocorre devido a lesões nas células sensoriais e nervosas, cujas levam o estímulo do som da cóclea até o cérebro. Segundo Moraes (2017) as patologias que atingem o nervo auditivo e a cóclea são de difíceis tratamentos. Entretanto, segundo Dessem e Brito (1997) cabe ressaltar que:

[...] a ausência da função auditiva acarreta uma modificação na organização neurológica do indivíduo, podendo desencadear um bloqueio no fluxo de mensagens e, consequentemente, a comunicação, como um todo, estará então sofrendo uma interferência (DESSEM; BRITO, 1997, p. 114).

A caracterização da deficiência auditiva é dada por: parcialmente surdo (surdez leve e moderada) e, surdo (surdez severa ou profunda) conforme ilustrado no quadro 2.

Quadro 2: Caracterização da Surdez

CARACTERIZAÇÃO DA SURDEZ	DEFINIÇÃO
PARCIALMENTE SURDO	Surdez leve: a perda auditiva é de até quarenta decibéis. Essa perda impede que o indivíduo perceba igualmente todos os fonemas das palavras, mas não impede a aquisição normal da linguagem, embora esta possa ser a causa de algum problema articulatório ou dificuldade na leitura e/ou escrita. Em geral, tal indivíduo é considerado desatento, solicitando, frequentemente, a repetição daquilo que lhe é falado.
	Surdez moderada: a perda auditiva está entre quarenta e setenta decibéis. Esses limites se encontram no nível da percepção da palavra; é frequente o atraso de linguagem e as alterações articulatórias, havendo, em alguns casos, problemas linguísticos mais graves. Em geral, os indivíduos com surdez moderada identificam as palavras mais significativas, apresentando dificuldade em compreender outros termos de relação e/ou frases gramaticais. Sua compreensão verbal está intimamente ligada a sua aptidão individual para a percepção visual.
	Surdez severa: a perda auditiva está entre setenta e noventa decibéis. Este tipo de perda permite que o indivíduo apenas perceba sons fortes e conhecidos, podendo ele atingir a idade de quatro ou cinco anos sem aprender a falar. A compreensão verbal dependerá, principalmente, da aptidão do indivíduo para utilizar a percepção visual e para observar o contexto das situações.
SURDO	Surdez profunda: a perda é superior a noventa decibéis e, impede que o indivíduo perceba e identifique a voz humana, impossibilitando a aquisição da linguagem oral.

Fonte: Adaptado Dessem e Brito, 1997, p. 114.

A perda da audição possui repercussão sobre o desenvolvimento infantil, entretanto a identificação precoce da surdez possui importância crucial para o processo de adaptação do indivíduo no mundo. De acordo com Dessem e Brito (1997, p. 115) "a identificação do grau de surdez apresentado pela criança e o diagnóstico diferencial da deficiência auditiva constituem-se fatores fundamentais para o acompanhamento e orientação quanto aos cuidados dispensados à criança".

DIAGNÓSTICO DE SURDEZ AINDA É TARDIO

A surdez, segundo Carvalho (2004), quando diagnosticada precocemente o logo iniciado o tratamento, a recuperação pode criar um quadro próximo a de uma pessoa ouvinte. Entretanto, no Brasil, a idade média que ocorre o diagnóstico é aos quatros anos, sendo vista pelos médicos como tardia.

Os pais devem observar se há atraso na fala, ou na comunicação para detectar a surdez, pois aos setes meses de vida a criança já deve imitar alguns sons. E, com um ano deve pronunciar no em torno de dez palavras e aos dois anos deve possuir um vocabulário médio de cem palavras. Silva e Gonçalves (2013) elucidam que:

Sabe-se que a privação sensorial nos primeiros anos de vida poderá acarretar dificuldades na aquisição da fala e da linguagem, interferindo no processo do desenvolvimento do pensamento, da inteligência e

do raciocínio, como também na formação do indivíduo como um todo e até em seu processo de escolarização (SILVA; GONÇALVES, 2013, p. 293).

A audição começa a ser desenvolvida após o quinto mês de gestação, se intensificando nos primeiros meses após o nascimento. A surdez segundo Carvalho (2004) tem vários motivos e pode ocorrer em diferentes estágios da vida. O quadro a seguir (Quadro 2) apresenta os principais fatores de risco que pode ocasionar a surdez aos bebes recém-nascidos, ou seja, do primeiro ao vigésimo oitavo dia de vida.

Quadro 3: Fatores de risco as crianças do 1° ao 28° dia de vida

PERÍODO	FATORES DE RISCO
	Histórico familiar.
Bebês do primeiro ao vigésimo oitavo dia	Infecção intrauterina provocada por rubéola, sífilis, herpes genital, citomegalovírus ou toxoplasmose.
	Anomalias crânio faciais que afetam o ouvido e o canal auditivo.
	Peso inferior a 1,5 quilos ao nascer.
	Hiperbilirrubinemia: doença que ocorre 24 horas depois do parto, quando o bebê fica todo amarelo por causa do aumento de uma substância chamada bilirrubina.
	Medicação tóxica: relacionado ao uso de antibióticos que podem afetar o ouvido interno.
	Meningite bacteriana.
	Ventilação mecânica em UTI Neonatal por mais de 5 dias, quando o bebê precisa ficar entubado por não conseguir respirar sozinho e.
	Síndromes neurológicas, como Waldenburg ou Down.

Fonte: Adaptado Carvalho, 2004

Em crianças de até dois anos, de acordo com Carvalho (2004) a surdez pode ser causada por meningite virótica ou bacteriana (sendo esta a maior causa de surdez no Brasil, conforme o Instituto Nacional de Educação para surdos), fratura craniana ou trauma na cabeça associada a perda de consciência. Persistente infecção no ouvido, cuja pode durar por mais de três meses ou medicação outotóxica.

Os adultos também precisam tomar cuidados, pois no estágio da vida também é possível ficar surdo. De acordo com Carvalho (2004) além dos fatores associados as crianças, o uso contínuo de aparelhos sonoros e fones de ouvido, trabalhos em ambientes com alto nível ruídos, e constantes infecções podem levar a surdez.

Entretanto, assim como ocorre em outras deficiências, o surdo ainda não está incluso na sociedade. Segundo Carvalho (2004) é extremamente difícil chegar sozinho em um ambiente onde não há pessoas que conheçam e dominam a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) e tentam se fazer entender.

O surdo ainda é visto como dependente do ouvinte, pois dificilmente encontram lugares públicos ou privados que disponibilizam interprete de LIBRAS. Entretanto, são vários os benefícios comunicativos, linguísticos, sociais, emocionais e cognitivos proporcionados pelo diagnóstico precoce. "Portanto, as ações de promoção podem se tornar um meio eficaz no processo de detecção precoce e devidos encaminhamentos, a partir de um trabalho interdisciplinar e multiprofissional" (SILVA; GONÇALVES, 2013, p. 299).

O diagnóstico tardio, ou seja, que ocorre após os dois anos de idade, ocorre principalmente devido ao atraso da fala percebido na criança. Para a família, principalmente para os pais a surdez ainda é tida como um tabu, no entanto demoram a buscar por ajuda na expectativa de que seja algo transitório (SILVA; GONÇALVES, 2013).

No estudo realizado por Silva e Gonçalves (2013, p. 293) apresentou que "os desdobramentos da surdez diagnosticada tardiamente permeiam os âmbitos relacionados à saúde e à educação das crianças com surdez". Além disso, o diagnóstico tardio dificulta a inserção das crianças surdas no espaço pedagógico, na escolha dos métodos linguísticos, nos encaminhamentos aos espaços de protetização, levando a atrasos e desdobramentos importantes no desenvolvimento da linguagem.

O ESPAÇO ESCOLAR NOS DIAS ATUAIS

Desde o advento das sociedades industriais, o principal papel da escola que a sociedade delega é a formação para o mercado de trabalho. Deste modo a escola é colocada como bem que trará ascensão profissional, social ao seu possuidor, além de prosperidades econômicas. Deste modo, "a educação nos é apresentada como uma questão bastante complexa, pois não é uma simples questão de subsistência, mas é a propulsora da humanidade" (OLIVEIRA et al. 2013, p. 154).

As crianças e adolescentes que não frequentam as salas de aula por um motivo ou outro são rotuladas de fracassados ou inferiores, ou sejas como pessoas sem futuro. Este conceito possui presença forte na atualidade onde várias organizações pedagógicas vivem exclusivamente deste tipo de exploração. "Educar é, assim, humanizar o homem, o que abrange suas ações, seus comportamentos, seus hábitos e tantos outros aspectos" (OLIVEIRA et al. 2013, p. 154).

Além da função social, a escola tem como papel a formação de pessoas para exercer a cidadania e intervenção na vida pública. Portanto, de acordo com Oliveira et al (2013) a escola deve preparar para a incorporação da vida pública e adulta, de maneira que possa manter o equilíbrio a dinâmica nas instituições de ensino.

Assim como as regras de convivência que compõe a sociedade, entretanto, é necessário desenvolver não somente a educação como a formação social para exercer a cidadania. De acordo com Brito (2014) é necessário:

Uma educação preocupada em formar "um ser humano livre, responsável, autónomo, solidário, sujeito de direitos, respeitador das outras pessoas e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, com um espírito crítico, democrático, pluralista, criativo e interventivo face à sociedade", habilitando aos educandos a terem posicionamentos esclarecidos e críticos relativamente às questões do mundo de hoje (BRITO, 2014, p. 6).

O processo de educação escolar é uma prática que tem o papel de criar meios para que os estudantes desenvolvam suas habilidades e aprendam o conteúdo para a construção de recursos de compreensão de mundo e de participação ativa em relações políticas, sociais e culturais amplas e diversificadas. Meios estes essenciais para a construção de uma sociedade democratizada e não excludente. Neste sentido Brito (2014) respalda que:

A escola não se propõe como um lugar mágico que vai mudar radicalmente a comunidade, o país e o mundo. Entretanto, devemos sim, acreditar na transformação do homem através das ações cotidianas e dos benefícios observados dentro e fora da comunidade escolar (BRITO, 2014, p. 10).

De acordo com Paro (1998) a educação é um fator de transformação social, portanto, poderá contribuir para a transformação da sociedade, na medida em for possível ser ferramenta em poder de grupos sociais sob o domínio de esforço contínuo de superação da sociedade de classe atual. Deste modo, a questão educacional enquanto fator de mudança de transformação social se inscreve no amplo contexto dos problemas entre políticas públicas e educação.

Para que a mudança social de fato ocorra é preciso que a escola proporcione oportunidades para aquisição do conhecimento. Além disso, a escola existe para que haja socialização do conhecimento construído durante os períodos históricos. Cabe ao aluno fazer uso dos conhecimentos adquiridos com intuito de desenvolver para que possa interagir e agir em busca de melhores oportunidades para si mesmo e para o espaço em que vive (SILVA, 2012).

Portanto, a função "da escola não está apenas em proporcionar a simples transmissão do conhecimento, tem o compromisso social para, além disso" (SILVA; PEREIRA, 2014, p. 9). Essa ótica social da escola de formação para a vida é bem mais ampla e, assim sendo, a formação intelectual dos sujeitos será também capaz de possibilitar a sua entrada para o mercado de trabalho.

O PAPEL SOCIAL DA ESCOLA

A instituição escolar é eleita pela classe popular como meio alternativo para buscar caminhos diferentes. É através da escolaridade que é possível conseguir recursos para sobreviver em uma sociedade, cujas normas são criadas tendo em vista que todas as pessoas tenham a mesma disponibilização, ou seja, condições para competir em teor de igualdade (SANTOS, TONIOSSO, 2014).

De acordo com Santos e Toniosso (2014, p. 126) "a escola tem por função a socialização entre seus participantes". Em sua origem, a escola era um benefício que poucas pessoas podiam usufruir, pois o processo de educação formal era destinado a classe dominante, assim o restante da população permanecia sem os conhecimentos eruditos transmitidos no espaço escolar.

Entretanto, após os conceitos estabelecidos na Revolução francesa no final do século XVIII, a educação passou a ser estabelecida como direito de todos os indivíduos na maioria dos países. Segundo Santos e Toniosso (2014) o Brasil teve esse direito reconhecido somente na segunda metade do século XX, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, cuja passou a estabelecer igualdade entre todos os sujeitos.

"A educação que antes era vista como dever apenas da família, passou a ser também dever do Estado, o que favoreceu para que a educação básica se tornasse direito fundamental para o desenvolvimento do indivíduo" (SANTOS; TONIOSSO, 2014, p. 126). Entretanto, o papel social da escola tem sido um assunto frequente nos debates sobre a educação devido a globalização e os avanços tecnológicos que possibilitou o acesso a informação, embora o conhecimento em sai, ainda contínua restrito a classe dominante e tem ocupado um papel central cada vez maior na organização econômica e social.

Segundo Penin e Vieira (2002) os debates em torno do papel social da escola buscam redefinir a centralidade da instituição social, considerando que sempre que a sociedade se depara com mudanças, novas exigências também são atribuídas a este cenário e consequentemente suas possibilidades e seus limites tendem a ser questionados e sua função social tende a ser revista.

A escola sempre é lembrada como uma instituição que se encarrega da promoção da inclusão e redução da exclusão. Portanto, a escola é uma instituição social importante, pois além de ter o papel de fornecer preparação moral e intelectual aos alunos, também ocorre a inserção social (PENIN; VIEIRA, 2002).

Segundo Silva e Ferreira (2014, p. 7) "isso se dá pelo fato da escola ser um importante meio social frequentado pelos indivíduos, depois do âmbito familiar". Pois, o espaço familiar é o primeiro canal de socialização de todos os sujeitos, é o espaço onde as pessoas passam a exercer papel essencial no decor-

rer do trajeto de suas vidas.

Pois, segundo Silva e Ferreira (2014) são as experiências adquiridas no bojo familiar que contribuirão para a formação enquanto pessoa adulta. Entretanto, vale ressaltar que depois da família a escola passa a ser o espaço social.

A escola, de fato institui a cidadania. É este o lugar onde as crianças deixam de pertencer exclusivamente à família para integrarem-se num comunidade mais ampla em que os indivíduos estão reunidos não por vínculos de parentesco ou de afinidade, mas pela obrigação de viver em comum. A escola institui, em outras palavras, a coabitação de seres diferentes sob a autoridade de uma mesma regra (CANIVEZ apud SILVA; FERREIRA, 2014, p.7)

Entende-se que a escola é um espaço onde as pessoas começam a ter as relações que além do âmbito familiar, ou seja, inicia ao convívio com indivíduos de diferentes culturas, etnia, cor, raças e religião, Portanto, conforme apontado por Silva e Ferreira (2014) independente dos novos papeis sociais assumidos pela escola, advindos da complexidade da sociedade atual, sua função principal permanece que é a socialização do saber sistematizado.

Desta maneira, segundo Mendonça (2009) a escola no desempenho de seu papel social de formadora de indivíduos históricos, precisa ser um ambiente de sociabilidade que proporcione a socialização e a constituição do conhecimento produzido, considerando que este conhecimento não é dado antes. Pois, se trata de um conhecimento vivo caracterizado como processo em construção.

OS DIREITOS DO DEFICIENTE AUDITIVO NA SOCIEDADE ATUAL

De acordo com Bueno (2001) até os dias atuais o trabalho com o surdo é controverso, havendo duas linhas de seguimentos – a oralista (métodos que utiliza o treinamento oral), e a LIBRAS (Linguagem Brasileira de Sinais).

O século XIX caracterizou-se pelo domínio da linguagem gestual sob influência do Instituto de Surdos de Paris, criado pelo Abade de L'Epée. Em 1880 o II Congresso Mundial de Educação de Surdos, em Milão, considerou o oralismo como o método mais adequado, pela possibilidade de integração do indivíduo à sociedade (BUENO, 2001, p. 39).

A prática educacional com escolas especiais favoreceu a segregação e o surgimento das comunidades surdas. Já nos EUA (Estado Unidos da América) deuse início a movimentos favoráveis à Língua de Sinais como uma língua mais completa, onde se permitiu um desenvolvimento maior dos surdos, culminaram na proposta bilíngue que defende o acesso à Língua de Sinais, da comunidade surda, a oral e escrita, da classe majoritária (BUENO, 2001)

A Declaração de Salamanca publicada nessa época reconhece a Língua de Sinais "e a possibilidade de sua utilização para a educação dos deficientes auditivos, bem como a manutenção dos sistemas especiais de ensino como classes e escolas especiais" (BUENO, 2001, p. 41). No Brasil não é diferente, a maioria dos surdos que tem acesso à escola e atendimento especializado tem sido tratados por métodos que visam à comunicação oral.

Se por um lado diversas crianças apresentam bons resultados com este método, por outro lado, devido à perda auditiva profunda ou a dificuldades próprias, não conseguem atingir o mesmo proveito. Na Educação Especial existem três princípios básicos e fundamentais para o pleno desenvolvimento do indivíduo, cujos são apresentados no quadro 1.

Quadro 4- Princípios norteadores da Educação Especial

PRINCÍPIO	DESCRIÇÃO
Princípio da Individualização	Cada indivíduo é um caso especial, particular, que necessita de um atendimento e planejamento curricular de acordo com suas necessidades e características individuais.
Princípio da Integração	Tem por objetivo de oferecer igualdade de oportunidades, da vida e convivências com as outras pessoas da comunidade. Esta integração pode ser ao nível físico, social, funcional e comunitário.
Princípio da Normalização	Ter por objetivo de proporcionar ao indivíduo uma vida mais simples, mais humana e a mais normal possível.

Fonte – Adaptado Shimazaki, 2007.

Por meio destes princípios a Educação Especial quer proporcionar ao indivíduo que apresenta algum tipo de deficiência ao não isolamento do mundo do convívio social (SHIMAZAKI, 2007). O fator de integração é de fundamental importância que alugam as oportunidades educacionais e sociais.

A integração representa um valor constitucional que em si deve consubstanciar a aceitação da diferença humana. Mas esse valor constitucional deverá respeitar a diversidade cultural e social e em paralelo, a unidade da pessoa humana (BAGATINI, 1987, p. 39).

Atualmente a sociedade, identifica uma mescla de surdos no universo da deficiência auditiva, ou seja, alguns que usam aparelhos e falam que não usam aparelho e são sinalizados, outros que não falam e não usam aparelhos, temos surdos que são cegos ou os que possuem todas as características citadas. Dentro dessa diversificação de surdez, entende-se que todas as formas para alcançar a comunicação são válidas (FRIAS, 2017).

Em suma todos nós buscamos uma comunicação sem ruídos, uma comunicação perfeita. Seja surdo ou ouvinte. Observa-se assim que, mesmo os surdos que aprende-

ram a falar que não utilizam a Língua brasileira de sinais, têm buscado aprender a língua (DESSEN; BRITO, 1997).

A sociedade está se preparando para aceitar o surdo como uma pessoa normal em vários aspectos. Os desequilíbrios psicológicos e neurológicos encontrados num surdo o rotulam como indivíduo incapaz de exercer funções diversas, das quais na verdade, os principais causadores do insucesso dos surdos são as relações interpessoais (DESSEN; BRITO, 1997).

A integração de surdos e ouvintes é um trabalho demorado de conscientização e entende-se ser mais um desafio para os profissionais da área educacional e humana. No Brasil embora, os preconceitos ainda estejam muito presentes, permeando as relações entre deficientes e não deficientes é certo que uma nova postura diante dos cidadãos com deficiência está sendo gradativa, mas sistematicamente, assimilada pela sociedade (DESSEN; BRITO, 1997).

Os direitos que os deficientes possuem, são exatamente os mesmos dos demais cidadãos, ocorrendo que, segundo Frias (2017), para os deficientes exercerem parte desses direitos se torna indispensável à adoção de medidas especiais. Pois, o exercício pleno do direito de ir e vir das pessoas com deficiência, quase sempre depende da retirada das barreiras ambientais.

Em suma o surdo, ao adquirir sua identidade faz com que sua linguagem seja disseminada por onde passa, pois é através dela que ocorrerá sua comunicação, fazendo assim, com que o direito de acessibilidade seja post em prática perante a sociedade (FRIAS, 2017, p. 6).

Não existe uma escala de valores em relação ao mérito dos direitos das pessoas deficientes que devem ser observados, e cujo exercício deve ser assegurado para que a sua inclusão seja garantida, sendo impossível abrir mão de um deles, sem prejuízo de todos. O exercício dos direitos deve ter garantia de forma integrada aos demais cidadãos (FRIAS, 2017).

De acordo com Frias (2017) sendo fato que o surdo deve ter total conhecimento à língua oral e escrita, também não é menos fato que não devemos desmerecer o seu próprio patrimônio linguístico, pois, a influência da surdez sobre o indivíduo cria características particulares que vão desde o desenvolvimento físico e mental até seu comportamento como ser social.

A INCLUSÃO DO SURDO NA ESCOLA REGULAR

De acordo com Isaac e Manfredi (2005) o futuro de uma criança que nasce com deficiência auditiva depende muito da identificação precoce, ou seja, no primeiro ano de vida, seguida de intervenção médica imediata e adequada. Quando a surdez é identificada tardiamente é difícil para os sujeitos adquirem habilidades essenciais e fundamentais de linguagem cognitivas e sociais que forneçam embasamentos para posterior escolarização.

Quando o diagnóstico da surdez ocorre de maneira precoce, o surdo obtém grandes progressos, além de serem melhores sucedidos no processo de escolarização e se tornam pessoas mais produtivas na sociedade. Portanto, segundo

Isaac e Manfredi (2005, p. 237) “quanto mais cedo a intervenção e a habilitação iniciam mais significativos e efetivos são os efeitos”.

A identificação da surdez nos primeiros doze meses de vida assegura a aquisição e o desenvolvimento da linguagem. Deste modo o diagnóstico tardio da perda auditiva pode acarretar em sérios problemas ao desenvolvimento do sujeito surdo, isto é, a detecção e o tratamento precoce auxiliam no prognóstico do desenvolvimento da linguagem, das habilidades pedagógicas e da interação social dos indivíduos (Isaac; Manfredi, 2005).

De acordo com Damázio (2007) o processo de ensino e aprendizagem da pessoa com surdez não reporta somente aos seus limites e possibilidades, mas também aos preconceitos que existem nas atitudes da sociedade. Os sujeitos com surdez enfrentam vários entreves para participar da educação pedagógica, advindos da perda auditiva e do modo como se estruturam as propostas educacionais dos espaços escolares.

Muitos alunos com surdez podem ser prejudicados pela falta de estímulos adequados ao seu potencial cognitivo, sócio afetivo, linguístico e político cultural e ter perdas consideráveis no desenvolvimento da aprendizagem (DAMÁZIO, 2007, p. 13).

De acordo com Damázio (2007) estudos realizados entre o final do século XX e início do século XXI, contribuíram para a educação dos sujeitos surdos em escola regular, enfatizando a valorização das diferenças para o convívio social e reconhecimento da capacidade e do potencial de cada pessoa. Além disso, a troca simbólica provoca a capacidade representativa dos alunos surdos, o que favorece o pensamento do conhecimento, em espaços heterogêneos de ensino e de aprendizagem.

No entanto, existem posições contrárias à inclusão de alunos com surdez nas turmas comuns, em decorrência da compreensão das formas de representação da surdez como incapacidade ou das propostas pedagógicas desenvolvidas tradicionalmente para atende-las que não consideram a diversidade linguística (DAMÁZIO, 2007, p. 13-14).

As questões sobre a inclusão dos surdos no espaço pedagógico ainda geram po-

lemica entre familiares, profissionais e estudiosos e entre os próprios sujeitos com surdez. Aqueles que defendem a identidade, a cultura e comunidade surda, segundo Damázio (2007) se alicerçam, alegando que estas necessitam de compreensão nas suas especificidades, entretanto, é possível na cilada da diferença, e em nome da diferença pode ocorrer a segregação.

Diante disso, é importante buscar nos desentendimentos promovidos pela diferença, novos trajetos para o convívio social dentro e fora dos espaços pedagógicos. Segundo Mantoan (2003) a implantação do Paradigma de Suporte da sustentabilidade a prática inclusiva nos espaços sociais, principalmente na escola com intuito de promover a inserção de alunos deficientes no ensino regular.

Este paradigma está acompanhado da proposta do acompanhamento dos educandos com surdez nas salas de aula, por professores capacitados que possam auxiliar na resolução de dúvidas ou possíveis dificuldades no processo de aprendizagem. São denominadas de escolas inclusivas, aquelas que garantem o processo de aprendizagem para todos os seus alunos, "reconhecendo a diversidade que constitui seu alunado, respeitando essa diversidade e respondendo a cada um, de acordo, com suas peculiaridades e necessidades" (BRASIL, 2000, p. 42).

Portanto, o espaço pedagógico precisa se organizar, com intuito de garantir os direitos humanos aos seus alunos, assim contribuindo de maneira efetiva para a aprendizagem e, ao mesmo tempo respeitando e se adequando as necessidades educacionais pedagógicas de cada aluno, independente de sexo, etnia, condição social, idade ou deficiência. De acordo com Mantoan (2003) a escola inclusiva tem o aluno como principal foco de toda ação educacional dirigida pelo educador, o que auxilia pedagogicamente em todas as necessidades do aluno.

A escola inclusiva também faz o acompanhamento da comunidade e dos familiares que o aluno inclusivo pertence para que ocorra seu desenvolvimento social e cognitivo. Deste modo, o mesmo ocorre com o sujeito surdo, pois o mesmo tem necessidade de todo aparato social e pedagógico para que possa se sentir inserido efetivamente na educação regular (MANTOAN, 2003).

Segundo Damázio (2007) a inclusão do sujeito surdo deve acontecer desde os anos iniciais do ensino, ou seja, desde a Educação Infantil até o ensino superior. Proporcionado desde cedo que o aluno com surdez utilize dos recursos de que precisa para superar as limitações e obstáculos no processo de ensino e de aprendizagem e, assim usufruir de seus direitos pedagógicos, exercendo sua cidadania conformes os princípios da Constituição Brasileira.

"A inclusão de pessoas com surdez na escola comum requer que se busquem meios para beneficiar sua participação e aprendizagem tanto na sala de aula como no Atendimento Educacional Especializado" (DAMÁZIO, 2007, p. 14). Assim o aperfeiçoamento do espaço pedagógico em favor de todos os alunos é essencial. Além para que haja inclusão do surdo os professores precisam ter conhecimento e saber usar a LIBRAS, embora cabe considerar que somente a adoção desta língua não é o bastante para escolarizar o aluno surdo.

Portanto, é preciso que a escola regular implemente ações que tenham sentido para todos os alunos e, que possa haver compartilhamento deste sentido com os alunos surdos. Além disso, mais que a utilização de uma língua o aluno surdo precisa de espaços pedagógicos estimuladores, que desafiem seu pensamento e explore suas habilidades e capacidades em sua totalidade (DAMÁZIO, 2007)

[...] o ambiente em que a pessoa com surdez está inserida, principalmente o da escola, na medida em que não lhe oferece condições para que se estabeleçam trocas simbólicas com o meio físico e social, não exercita ou provoca a capacidade representativa dessas pessoas, consequentemente, compromete o desenvolvimento do pensamento (DAMÁZIO, 2007, p. 15).

Portanto, tendo em vista a necessidade de desenvolver a capacidade representativa e linguística dos alunos surdos, o espaço escolar comum, segundo Damázio (2007, p. 15) deve proporcionar a escolarização em um período e o Atendimento Pedagógico Especializado em outro, "contemplando o ensino de Libras, o ensino em Libras e o ensino da Língua Portuguesa.

Diante disso, cabe enfatizar a importância da adaptação do currículo no processo de ensino e aprendizagem do aluno com necessidades pedagógicas especiais. De acordo com Carvalho (2010) a adaptação do currículo deve ser compreendida como mais um recurso que possibilita maiores níveis de individualização do processo de escolarização, particularmente importante para alunos inclusivos.

Para os alunos com surdez as adaptações do currículo devem consistir de metodologias e estratégias que envolvem a participação dos mesmos no sistema regular de ensino. Pois, a adaptação do currículo para a educação dos surdos constitui o modelo mais adequado de atender suas necessidades educativas. "Não se trata de elaborar um programa paralelo, mas de ajustar a programação regular adotada para os demais alunos, uma vez que a maioria dos surdos pode beneficiar-se de um currículo regular" (BRASIL, 1997, p. 32).

A prática educacional utilizada para o processo educacional dos alunos com surdez precisa de métodos diferenciados, cujos forneçam subsídios adequados para que os

conteúdos abordados possam ser apreendidos pelos alunos surdos de modo significativo. Entretanto, segundo Tenor et al. (2009) mesmo sendo cada vez mais forte a necessidade de iniciativas que proporcionem a inclusão dos deficientes, os espaços escolares estão organizados para conviver com a exclusão sutil exclusão que ainda assola a Educação Básica no Ensino Regular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diagnóstico precoce da surdez evita agravos nos sintomas desta síndrome que possa vir a comprometer a vida social do sujeito surdo. Entretanto, o diagnóstico tardio é prejudicial ao tratamento, tendo em vista que a identificação na fase inicial desta deficiência permite um encaminhamento adequado e influência significativa no processo evolutivo da criança em sua totalidade.

Algumas consequências do diagnóstico tardio estão nos agravos de seus comportamentos, além disso, o efeito nocivo proporcionado pela intervenção tardia influencia também nos custos para a educação futura da criança. Entretanto, tão importante quanto os assuntos relacionados ao processo pedagógico do aluno com surdez são as questões associadas ao seu relacionamento com as demais pessoas, principalmente com os indivíduos do convívio familiar.

Cabe considerar sejam expostas de maneira precoce a linguagem de sinais, pois este processo desempenhará um importante papel na construção do português, cujo será usado como segunda língua. Assim, as conquistas que ocorreram no passado beneficiaram o tempo presente, abrindo novos caminhos. E, deste modo, a educação enquanto prática social se desenvolve nos relacionamentos estabelecidos entre grupos, podendo ser na escola ou em outros cenários da vida em sociedade construindo uma atividade histórica e humana definida na totalidade das relações de cunho social.

A questão da escolarização das crianças surdas elucida que, como todas as pessoas, esses indivíduos possuem necessidade de conhecimento de mundo, para que quando houver a recontextualização do escrito possa atribuir um sentido as pessoas que leem. Conclui-se que a inclusão de aluno com surdez no ensino regular, respeitando suas limitações e necessidades pedagógicas exerce papel essencial no seu desenvolvimento social.

Portanto, para a criança com surdez a inclusão educacional no ensino regular é o maio exercício de cidadania e direito que a mesma pode desempenhar, sendo papel da escola e da sociedade oferecer tal ensino de modo a oferecer um amparo maior aqueles que necessitam para o desenvolvimento pleno de suas potencialidades. Conclui-se que a escola tem o papel de mediar, e possibilitar que o aluno tenha oportunidades de construir o saber, para que o estudante seja capaz de transformar o espaço em que vive.

REFERÊNCIAS

BAGATINI, Vilson. Educação física para deficientes. Porto Alegre: Sagra, 1987, p. 196-215.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. A Educação dos surdos. Brasília: MEC/SEESP, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Saberes e práticas para inclusão: estratégias para alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: Edições Câmara, 2000.

BRITO, Azenath C. A. G. O papel da educação escolar para o exercício da cidadania. In. Revista Primus Vitam. n.7. São Paulo, 2014.

BUENO, José G. S. Educação inclusiva e escolarização dos surdos. Revista Integração. n. 23, 2001, p. 37-42.

CARVALHO, Joyce. Diagnóstico da surdez no Brasil ainda é tardio. In. Jornal Online Tribuna Paraná. 2004. Disponível em: <http://www.tribunapr.com.br/arquivo/vi da-saude/diagnostico-da-surdez-no-brasil-ainda-e-tardio/>. Acesso em: 07 jan. 2018.

CARVALHO, Rosita E. Educação Inclusiva: com os pingos nos "is". 7. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

DAMÁZIO, Mirlene F. M. Atendimento educacional especializado: Pessoa com surdez. In. Formação continuada a distância de professores para o atendimento educacional especializado. Curitiba, PR. Cromos, 2007.

DESSEN, Maria A. BRITO; Ângela M. W. Reflexões sobre a deficiência auditiva e o atendimento institucional de crianças no Brasil. In. Paidéia, n.12, 1997, p. 111134.

FRIAS, Adrieli A. S. Inclusão Social dos deficientes auditivos: Fundamentos jurídicos e aspectos sociais acerca da acessibilidade dos surdos. 2017. Disponível em: <http://facnopar.com.br/conteudo-arquivos/arquivo-2017-06-14-1497468925797 5.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2018.

ISAAC, Myriam L. MANFREDI, Alessandra k. S. Diagnóstico precoce da surdez na infância. In. Simpósio: Surdez: Implicações clinicas e possibilidades terapêuticas. v. 34, n.3. Ribeirão Preto, 2005.

MANTOAN, Maria T. E. Inclusão escolar: o que é? Porque? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MORAES, Paula L. Surdez. In. Mundo educação. 2017. Disponível em: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/doencas/surdez.htm>. Acesso em: 06 jan. 2018.

OLIVEIRA, Terezinha et al. Escola, co-